

ANEXO II

TERMO DE REFERÊNCIA

**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA ELABORAÇÃO
DE LAUDOS, PPR E FORNECIMENTO DE DOSÍMETROS PARA O SETOR
DE RAIO-X**

Reserva, 04 de maio de 2026.

1. DO OBJETO.

1.1. Contratação de empresa especializada para elaboração de laudos, PPR e fornecimento de dosímetros, conforme condições e exigências estabelecidas na tabela abaixo;

1.2. Descrição do objeto:

LOTE 1	UNID	QUANT	DESCRIÇÃO	CÓDIGO CATSER	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	SERVIÇOS	2	SERVIÇOS TÉCNICOS DE ELABORAÇÃO DE LAUDO RADIOMÉTRICO, COM A FINALIDADE DE AVALIAR OS NÍVEIS DE RADIAÇÃO IONIZANTE EM AMBIENTES QUE UTILIZAM EQUIPAMENTOS EMISSORES DE RADIAÇÃO, EM CONFORMIDADE COM AS NORMAS VIGENTES DA ANVISA, ESPECIALMENTE A RDC Nº 330/2019. O SERVIÇO COMPREENDE A REALIZAÇÃO DE MEDIÇÕES RADIOMÉTRICAS IN LOCO, COM UTILIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DEVIDAMENTE CALIBRADOS, ABRANGENDO ÁREAS CONTROLADAS, LIVRES E ADJACENTES; A ANÁLISE DAS CONDIÇÕES DE RADIOPROTEÇÃO, INCLUINDO A VERIFICAÇÃO DAS BARREIRAS FÍSICAS EXISTENTES; A IDENTIFICAÇÃO DE EVENTUAIS NÃO CONFORMIDADES E INDICAÇÃO DE MEDIDAS CORRETIVAS, QUANDO NECESSÁRIO; E A EMISSÃO DE LAUDO TÉCNICO CONCLUSIVO, ASSINADO POR PROFISSIONAL LEGALMENTE HABILITADO, CONTENDO A METODOLOGIA APLICADA, RESULTADOS OBTIDOS, EQUIPAMENTOS UTILIZADOS E DEMAIS INFORMAÇÕES PERTINENTES, ACOMPANHADO DA RESPECTIVA ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA (ART) OU DOCUMENTO EQUIVALENTE. O LAUDO RADIOMÉTRICO DEVE CONTER AS INFORMAÇÕES CONFORME A RDC 330/2019: CROQUIS, IDENTIFICAÇÃO DO EQUIPAMENTO, DESCRIÇÃO DA INSTRUMENTAÇÃO UTILIZADA E DA CALIBRAÇÃO, DESCRIÇÃO DOS FATORES DE OPERAÇÃO UTILIZADOS, CARGA DE TRABALHO MÁXIMA ESTIMADA E OS FATORES DE USO RELATIVOS AS DIREÇÕES DO FEIXE PRIMÁRIO, LEITURAS REALIZADAS EM PONTOS, DENTRO E FORA DA ÁREA CONTROLADAS. O LAUDO DEVE POSSUIR VALIDADE DE 4 ANOS.	14524	R\$ 1.112,00	R\$ 2.224,00
2	SERVIÇOS	1	SERVIÇO DE ELABORAÇÃO DE PLANO DE PROTEÇÃO RADIOLÓGICA (PPR) PARA A SALA DE RAIOS-X DO PRONTO ATENDIMENTO MUNICIPAL, EXIGIDA PELA RDC 611/2022 - ANVISA E CNEN. ELABORAÇÃO DO PLANO DE PROTEÇÃO RADIOLÓGICA (PPR) PARA 02 EQUIPAMENTOS EMISSORES DE RADIAÇÃO IONIZANTE, CONTEMPLANDO A ESTRUTURAÇÃO COMPLETA DO DOCUMENTO CONFORME AS DIRETRIZES DA ANVISA, ESPECIALMENTE A RDC Nº 611/2022, E DAS NORMAS DA CNEN (CNEN NN 3.01 E CNEN NN 6.02). O PPR DEVERÁ ABRANGER A DESCRIÇÃO DETALHADA DA INSTALAÇÃO, DOS EQUIPAMENTOS E DAS ÁREAS CLASSIFICADAS (CONTROLADAS E SUPERVISIONADAS), AVALIAÇÃO DOS RISCOS OCUPACIONAIS E AO PÚBLICO, DEFINIÇÃO DE MEDIDAS E PROCEDIMENTOS DE PROTEÇÃO RADIOLÓGICA, INCLUINDO ROTINAS OPERACIONAIS, USO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPIS), MONITORAMENTO INDIVIDUAL E AMBIENTAL, CONTROLE DE ACESSO E SINALIZAÇÃO, ALÉM DA INDICAÇÃO DO RESPONSÁVEL TÉCNICO E DA EQUIPE ENVOLVIDA. DEVERÁ AINDA CONTER CRONOGRAMA DE TREINAMENTOS, AÇÕES	19070	R\$ 6.080,00	R\$ 6.080,00

			DE MELHORIA CONTÍNUA, MEDIDAS CORRETIVAS E PLANO DE RESPOSTA A EMERGÊNCIAS RADIOLÓGICAS. ADICIONALMENTE, DEVERÁ SER REALIZADA A EMISSÃO DOS LAUDOS TÉCNICOS DE CONTROLE DE QUALIDADE DOS EQUIPAMENTOS: 01 APARELHO DE RAIOS-X FIXO LOTUS HF630M DR DIGITAL E 01 APARELHO DE RAIOS-X MÓVEL VMI AQUILA 500D. OS LAUDOS DEVERÃO CONTEMPLAR A REALIZAÇÃO DE TESTES DE DESEMPENHO FÍSICO E ELÉTRICO, VERIFICAÇÃO DOS NÍVEIS DE RADIAÇÃO EMITIDA, AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DA IMAGEM (INCLUINDO RESOLUÇÃO, CONTRASTE E UNIFORMIDADE), MEDIÇÕES DE DOSE, CHEGAGEM DO ALINHAMENTO DO FEIXE E DEMAIS PARÂMETROS TÉCNICOS, ASSEGURANDO A CONFORMIDADE COM OS LIMITES E TOLERÂNCIAS ESTABELECIDOS PELA RDC Nº 611/2022 E DEMAIS NORMAS APLICÁVEIS.			
--	--	--	---	--	--	--

LOTE 2	UNID	QUANT	DESCRIÇÃO	CÓDIGO CATSER	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
2.1	MESES	12	FONECIMENTO DE DOSÍMETROS DE RADIAÇÃO, O QUAL DEVERÁ SER FORNECIDO AO MUNICÍPIO MENSALMENTE 5 (CINCO) DOSÍMETROS, SENDO 3 (TRÊS) USUÁRIOS E 2 (DOIS) PADRÃO. A CONTRATADA NA QUALIDADE DE ENTIDADE LICENCIADA PELA COMISSÃO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR (CNEN) PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MONITORAÇÃO INDIVIDUAL DE CORPO INTEIRO EM EXPOSIÇÃO EXTERNA A CAMPOS DE RADIAÇÃO XE/OU GAMA, UTILIZANDO O SISTEMA DE DOSIMETRIA TERMOLUMINESCENTE (TLD) E PROPRIETÁRIA DOS RESPECTIVOS DOSÍMETROS, COM TODAS AS INFORMAÇÕES QUE OS IDENTIFIQUEM COMO PERTENCENTES À CONTRATADA, CEDE À CONTRATANTE O DIREITO AO USO DE TAIS BENS, COMPROMETENDO-SE A FORNECER RELATÓRIOS MENSIS DAS DOSES DE RADIAÇÃO REGISTRADAS EM CADA DOSÍMETRO, SERVIÇO ESTE QUE SERÁ FEITO MENSALMENTE. OS CUSTOS E DESPESAS DE ENVIO DOS DOSÍMETROS SERÃO CUSTEADOS PELA CONTRATADA, SEM ÔNUS PARA O MUNICÍPIO. 2 DOSÍMETROS PADRÃO: 01 PARA A SALA DE RAIOS-X DO PRONTO ATENDIMENTO MUNICIPAL E 01 PARA O CENTRO DE ESPECIALIDADES; 3 DOSÍMETROS PARA USUÁRIO: 02 PARA OS TÉCNICOS DO PRONTO ATENDIMENTO MUNICIPAL E 01 PARA O TÉCNICO DO CENTRO DE ESPECIALIDADES; DEVIDAMENTE IDENTIFICADOS COM NOME DOS USUÁRIOS.	15121	R\$ 179,75	R\$ 2.157,00

- 1.3. Os serviços retratam a realidade atual do mercado, devendo **A CONTRATADA**, prezar por um serviço de qualidade, tendo como referência a data da ordem de fornecimento e o prazo estabelecido;
- 1.4. A presente licitação se faz necessária, pois na Dispensa Eletrônica nº 020/2026, os itens presentes nesse processo não tiveram propostas vencedoras, portanto, justifica-se a necessidade da realização de um novo processo, visto a importância dos serviços a serem realizados no Setor de Raio-X do Pronto Atendimento Municipal e no Centro de Especialidades.

- 1.5. Conforme já especificado no Estudo Técnico Preliminar, a divisão do objeto em **LOTES** justifica-se pela busca de maior eficiência e economia na contratação, essa divisão amplia a concorrência, permite a participação de empresas especializadas em cada área e contribui para uma contratação mais vantajosa para a Administração. O Lote 1, que reúne a elaboração de laudos radiométricos e do Plano de Proteção Radiológica (PPR), foi agrupado por se tratarem de serviços relacionados, que podem ser executados pelo mesmo fornecedor, garantindo melhor organização das informações, maior controle e redução de custos.

2. DO PRAZO DE VIGÊNCIA.

- 2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº. 14.133/2021.

3. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO.

- 3.1. Com base no Estudo Técnico Preliminar que concluiu pela viabilidade da contratação, justifica-se a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de elaboração de laudos radiométricos, desenvolvimento do Plano de Proteção Radiológica (PPR) e fornecimento de dosímetros individuais, em razão da necessidade de assegurar a adequada gestão da radioproteção nos serviços de radiodiagnóstico, garantindo a segurança de trabalhadores, pacientes e público em geral, bem como o cumprimento das exigências legais estabelecidas pela ANVISA, especialmente a RDC nº 611/2022, e pelas normas da CNEN.
- 3.2. A elaboração dos laudos radiométricos é essencial para avaliar os níveis de radiação nos ambientes onde há utilização de equipamentos, permitindo verificar se estão dentro dos limites permitidos, bem como identificar possíveis irregularidades e necessidade de correções. Já o Plano de Proteção Radiológica (PPR) é um documento obrigatório que organiza as medidas de segurança, incluindo a descrição das áreas, avaliação de riscos, definição de rotinas seguras, uso de EPIs, controle de acesso, treinamentos e plano de ação

em situações de emergência, sendo fundamental para padronizar e garantir a segurança dos serviços.

- 3.3. Já o fornecimento de dosímetros individuais é necessário para o monitoramento da exposição dos profissionais à radiação, devendo ser disponibilizados regularmente, com leitura periódica e emissão de relatórios. Serão necessários dois dosímetros padrão e três dosímetros para uso dos técnicos, garantindo o controle das doses recebidas e a adoção de medidas preventivas quando necessário.
- 3.4. O demonstrativo dos quantitativos, com as respectivas memórias de cálculo encontram-se em anexo a este Termo de Referência e conforme o Estudo Técnico Preliminar.
- 3.5. Foram feitas pesquisas no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), de objetos semelhantes aos solicitados nesse processo, para compor a cesta de preços

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO.

- 4.1. A contratação de uma empresa especializada para elaboração de laudos, PPR e fornecimento de dosímetros, através de processo de licitação na modalidade **Dispensa Eletrônica**, sendo licitado por **LOTE**, conforme disciplinado no Estudo Técnico Preliminar e neste Termo de Referência.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO.

- 5.1. **A CONTRATADA** obriga-se a responder pela qualidade e integridade dos serviços prestados;
- 5.2. O laudo radiométrico deve ter validade de 4 (quatro) anos;
- 5.3. Os dosímetros devem ser enviados mensalmente ao município, enquanto o município encaminha os dosímetros utilizados para análise, sem custo ao mesmo.
- 5.4. Para o **Lote 2**, os custos com os envios de dosímetros novos e os para análises serão de responsabilidade da **CONTRATADA**
- 5.5. As licitantes vencedoras deverão atender a toda a legislação afeta à área e normas técnicas em vigor correspondente à utilização, transporte e

- acondicionamento dos produtos e embalagens, expedidas pelos órgãos e agências reguladoras competentes;
- 5.6. **A CONTRATADA** deve comunicar a Administração, no prazo máximo de 48h (quarenta e oito horas) que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 5.7. Serão de exclusiva responsabilidade da contratada:
- a) O fornecimento do quantitativo total da Nota de Empenho;
 - b) A manutenção, durante toda a execução do contrato, de todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas;
- 5.8. **A CONTRATADA** é responsável pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº. 8.078/1990);
- 5.9. **A CONTRATADA**, a critério da Administração, deverá substituir, reparar, corrigir, remover às expensas, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, os serviços que não forem executados corretamente;
- 5.10. **A CONTRATADA** não poderá transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada;
- 5.11. **A CONTRATADA** não poderá utilizar de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 5.12. **A CONTRATADA** deve aceitar que os quantitativos poderão ser acrescidos ou suprimidos em até 25% (vinte e cinco por cento), do valor inicial atualizado do contrato, conforme o artigo 125 da Lei 14.133/2021;
- 5.13. **A CONTRATADA** é responsável pela garantia dos itens ofertados (observando os prazos fixados no Código de Defesa do Consumidor);
- 5.14. A SMS rejeitará, no todo ou em parte, o fornecimento em desacordo com as condições estabelecidas no Edital e no Termo de Referência;
- 5.15. Não poderão disputar a licitação ou participar da execução do contrato, direta ou indiretamente, aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial,

financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente no edital de licitação;

- 5.16. **A CONTRATADA** deverá adotar práticas de sustentabilidade na execução do objeto, previstas na IN nº. 01, de 19/01/2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (no que couber);

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO.

- 6.1. A realização dos serviços poderá ser integral ou parcelada, de acordo com a emissão de Nota de Empenho e de Ordem de Fornecimento ou outro documento de solicitação, que será encaminhado pelo fiscal do contrato, sendo que o prazo para realização dos serviços será de **20 (vinte) dias corridos**, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho e da Ordem de Fornecimento, sendo considerado inadimplemento a entrega de outra forma, ensejando, conseqüentemente, a convocação da segunda colocada, ensejando ainda as penalidades cabíveis;
- 6.2. O prazo a que se refere o **subitem 6.1**, poderá ser prorrogado, a critério da Administração, desde que requerido pela adjudicada por escrito, em 48 (quarenta e oito) horas antes do seu termo final e desde que ocorra motivo justificado;
- 6.3. Após a comunicação formal com a empresa a ser contratada, deverá realizar os serviços de elaboração de laudos, PPR e Dosímetros para a Secretaria Municipal de Saúde.
- 6.4. Os serviços devem ser realizados de segunda a sexta das 7:30h às 11:30h e das 13h às 17h, conforme solicitação da Secretaria de Saúde;
- 6.5. Os mesmos serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo máximo de **05 (cinco) dias**, a

contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades;

- 6.6. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo;
- 6.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO.

- 7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº. 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;
- 7.2. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo fiscal do contrato, ou pelos respectivos;
 - a) O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
 - b) O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.
- 7.3. Será fiscal desse contrato, o seguinte servidor:
 - a) **Micheli Santin – Técnico em Radiologia – Matrícula nº 922565**
- 7.4. **A CONTRATADA** será obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, as suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem má qualidade dos serviços, demora na elaboração dos laudos, mau funcionamento do sistema, resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados;
- 7.5. **A CONTRATADA** será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não exclua nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante;

- 7.6. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.
- 7.6.1. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato.
- 7.7. As comunicações entre a fiscalização e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim;
- 7.8. O gestor do contrato poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato;
- 7.9. Serão exigidos da contratada:
- a) Certidão Negativa de Débitos Municipais;
 - b) Certidão Negativa de Débitos Estaduais;
 - c) Certidão Negativa de Débitos Federais;
 - d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;
 - e) Certificado de Regularidade do FGTS.

8. PAGAMENTO.

- 8.1. O pagamento será realizado conforme cronograma estabelecido na Portaria n.º 2321/2018: <https://www.reserva.pr.gov.br/uploads/legislacao/PORTARIA-NR-2321-2018.pdf>, após o recebimento definitivo, mediante apresentação da respectiva nota fiscal, através de transferência eletrônica para o banco e conta corrente indicada pela Licitante na proposta de preços.
- 8.2. A Contratada deverá informar na nota fiscal o número da licitação e o número da nota de empenho.
- 8.3. Em caso de devolução da Nota Fiscal ou Fatura para correção, o prazo para o pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.
- 8.4. A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela própria Contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e da proposta de preços, bem como da Nota de Empenho, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outros CNPJs.

- 8.5. Para efetivação do pagamento correspondente a Contratada deverá comprovar que estão mantidas todas as condições demonstradas quando da habilitação a presente licitação, as quais deverão ser mantidas durante todo o período de execução do contrato, a não apresentação suspenderá o devido pagamento até que se regularize.
- 8.6. No caso de atraso do pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica estipulada correção monetária pelo índice do INPC (IBGE) entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR.

- 9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de licitação, na modalidade **Dispensa Eletrônica**, com fundamento na hipótese do artigo 75, da Lei nº. 14.133/2021, com o critério de julgamento menor preço;
- 9.2. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos;
- 9.3. O critério de julgamento da proposta é menor preço;
- 9.4. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar:
- a) Habilitação Jurídica:
 - I. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado da documentação de eleição dos seus administradores;
 - II. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova da diretoria em exercício;
 - III. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
 - b) Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista:

- i. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
 - ii. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
 - iii. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
 - iv. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VIIA da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
 - v. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
 - vi. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
 - vii. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais ou municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- c) Qualificações Técnicas:
- Para o **Lote 1**:

- i. Indicação de responsável técnico legalmente habilitado, com **formação obrigatória em uma das seguintes áreas:**
 - Engenharia (com **atribuição para atuação em radioproteção**, conforme CREA); ou
 - Física, com especialização e atuação comprovada em Física Médica/Radioproteção; ou
 - Tecnologia em Radiologia;
- Para o **Lote 2:**
 - i. Apresentar Credenciamento da empresa, vigente, junto à CNEN para prestação de serviços de monitoração individual externa de radiação ionizante;
- Para **TODOS OS LOTES**, devem apresentar **Atestado de Capacidade Técnica**, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que declare que a proponente já realizou o serviço de igual natureza ou semelhante desta licitação, com a identificação e assinatura do responsável pela contratação.

10. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO.

- 10.1. O valor estimado desta contratação é de **R\$ 10.461,00 (Dez mil, quatrocentos e sessenta e um reais)** conforme relatório de pesquisa de preços em anexo.

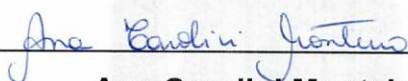
11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

- 11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento das Secretarias para o exercício de 2026;
- 11.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS.

- 12.1. Este Termo de Referência foi elaborado pelo Assessor do Departamento de Saúde na pessoa da assessora Ana Carolini Monteiro a seguir identificado, em conformidade com a legislação específica e com a necessidade da Administração.

Município de Reserva, 04 de maio de 2026.



Ana Carolini Monteiro
Assessor Departamento de Saúde
Portaria 4949/2025